

Recensões

Três livros sobre história do livro

Rubens Borba de Moraes

Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Universidade de Brasília

MELLO, José Barboza. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1972. 341 p. ilustr. Cr\$ 30,00.

O livro abre com um prefácio de Adonias Filho onde esse romancista anuncia que a obra de Barboza Mello é o resultado das aulas que ministrou na Escola de Biblioteconomia da FEFIEG (ex-curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional): 'Orgulho o meu, pois, o de ter concorrido para que Barboza Mello escrevesse esta *Síntese Histórica do Livro*'. Considera o livro 'definitivo' e, depois de outros elogios, termina dizendo: 'Não sei [...] de melhor contribuição ao Ano Internacional do Livro'.

Note-se que o autor desse prefácio encomiástico é membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa e antigo diretor da Biblioteca Nacional.

Além do prefácio a obra traz uma apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura. Não é menos encomiástica essa apresentação: 'Barboza Mello traz uma contribuição admirável' e ele poderia 'figurar ao lado dos grandes historiadores do livro na América, como Toribio Medina, Guilherme Furlong, Torre Revello, Esteve Barba, Carlos Rizzini, Hélio Vianna, Marcelo Ipanema [...] Não sei da existência, em língua portuguesa, de livro desse tipo, com a riqueza de informações e com a utilidade que possui.'

Depois de ler tão grandes elogios de um antigo diretor da Biblioteca Nacional e do presidente do Conselho Federal de Cultura, sentei-me confortavelmente numa poltrona para deliciar-me com a leitura da obra de um professor da Escola de Biblioteconomia da FEFIEG. Mas, já na primeira frase do texto, tive que me levantar para apanhar um lápis e

corrigir um erro. O autor começa: 'Quando o Professor Alex Carrel...' Corrigi: Alexis Carrel. Tive que me levantar muitas outras vezes para apontar meu lápis que se foi desgastando assustadoramente de tanto anotar enganos, erros, confusões, frases sem sentido e negligências de linguagem, sem falar em períodos dignos de discurso de candidato a vereador de cidade do sertão.

O autor intitula o primeiro capítulo 'Do grito aos hieróglifos'. Quem dá um grito de desespero é o leitor tal é a confusão dos fatos, os erros, a trapalhada que nos apresenta. Não quero dar muita importância à citação de obras que, por falta de revisão, apresentam títulos como *Gerchchte der Scharift in Bildera* (p. 22) e nomes de autores como Tsehudi em vez de Tsehudi, o diplomata e viajante suíço que percorreu o Brasil e o Peru. O autor deveria ser mais prudente quando trata dos *quipos* peruanos, pois ninguém conseguiu decifrá-los e não se sabe se são uma verdadeira 'escrita' ou simplesmente um artifício mnemônico para registrar estatísticas.

Escrevendo sobre os diversos sistemas de escrita inventados pelos vários povos e culturas da Antiguidade, o autor acredita que houve uma evolução, partindo da escrita ideográfica para chegar à alfabética. A verdade é que cada cultura resolveu o problema da transmissão da palavra através do tempo e do espaço à sua maneira. Houve evolução, adaptação e progresso em cada sistema, mas o homem não partiu da escrita ideográfica para chegar à alfabética. Se assim fosse, como explicar que o Sr. Mao Tse-tung escreva seus pensamentos, dignos do marquês de Maricá, numa escrita basicamente ideográfica e o primeiro-ministro do Japão redija poemas numa escrita mista, ideográfica e fonética?

Haveria muito mais a observar nesses primeiros capítulos tão desordenadamente escritos, onde o autor cita de cambulhada 'os filósofos Kant, Mirabeau e Carlyle'. Mirabeau filósofo, ao lado de Kant! Mas vamos adiante, ao capítulo intitulado surpreendentemente 'O livro mineral'. Tratando dos egípcios o autor diz: 'E assim como eles gravaram na pedra para transmitir sua mensagem de eternidade, nós o fazemos no papel, com outro espírito, mas a mesma finalidade, isto é, fixar para sempre.' Não diga! Há outras 'pérolas' nesse capítulo: 'A escrita, que ocupava toda a superfície do muro, não obstante a fragilidade do material [...]'. E adiante: 'Na fachada de bronze de uma igreja pode-se ler o acordo feito entre o conde Etienne e os habitantes de Blois.' Estive em Blois inúmeras vezes, mas confesso que nunca vi lá, nem em outra parte, uma 'fachada de bronze de uma igreja'.

O autor afirma que 'o rolo foi uma imposição do material utilizado, o papiro. Então como explicar que tenhamos papiros em forma de códices, ou melhor códices de papiro datados dos primeiros séculos de nossa era? Não é essa a única estranha opinião expressa no capítulo que denomina

‘Livro animal’ e onde trata principalmente do papiro. Na parte chamada ‘Livro vegetal’ há frases divertidas como esta, tratando dos habitantes da Índia: ‘Aqueles homens extraordinários, cuja filosofia humanista, o budismo, conquistou tantos adeptos, inclusive no Ocidente, eram capazes de realizações imprevistas’. Imprevistas são as opiniões do autor sobre filosofia e budismo.

Vale a pena notar mais a seguinte tolice do professor da Escola de Biblioteconomia da FEFIEG por graça do acadêmico Adonias Filho: ‘Em Roma, o papiro do Oriente sofria novas manipulações, como o Fênio, para melhorar a qualidade, e ali os rolos se vendiam em cilindros de madeira, chamados *umbilicus*, que serviam de base para novas operações, depois de usados’. Não convém reparar na geografia do autor que coloca o Egito no Oriente (na p. 216 ele situa o monte Atos na Turquia!), mas avisar o professor que *umbilicus* (umbigo, em latim) é o nome que os romanos davam à vareta em torno da qual enrolavam os papiros. No capítulo sobre gravura diz ele: ‘Quando as imagens foram gravadas em madeira, e impressas em papiro e pergaminho [...]’ Não, as ‘imagens’ que ilustram papiros e pergaminhos não eram impressas, mas pintadas a mão.

Sobre a vida de Gutenberg os historiadores sabem muito pouco, mas o autor descobriu que o inventor da imprensa foi bom filho e ficou desolado com a morte da mulher!

No capítulo intitulado ‘Dinastia dos grandes tipógrafos’, um dos mais confusos de toda a obra (confunde Aldo Manuzio com seu filho Paulo), há uma pérola que não posso deixar de recolher. O professor atribui a autoria das gravuras da *Hypnerotomachia Poliphili* a um gravador chamado Montagna! É Mantegna, santo Deus!

Seria um não acabar mais anotar aqui os erros desse livro ‘definitivo’ na opinião do acadêmico Adonias Filho. Mas não quero terminar sem fazer uns últimos reparos. Numa história do livro, escrita por um professor da Escola de Biblioteconomia da FEFIEG, no Rio de Janeiro, espera-se que a parte referente ao Brasil seja a mais completa e exata. Pois é a pior, a mais errada e a mais levemente escrita. Não vale a pena mencionar os comentários demagógicos que entulham esse capítulo. Só servem para revelar no professor uma falta total de sentido histórico e uma inexperiência incomum em interpretar fatos do passado.

Há nessa parte uma afirmação errônea de arrepiar os cabelos. Diz o autor: ‘O primeiro livro *brasileiro* [o grifo é dele], mas editado em Lisboa é o do poeta baiano Manoel Botelho de Oliveira, impresso na Tipografia de [note-se bem] Miguel Menezes, em 1705’. Na página 327 o autor reproduz a página de rosto da obra mencionada com a seguinte legenda: ‘Portada de *Música do Parnaso*, primeiro livro de autor brasileiro impresso

em Lisboa, em 1705 na oficina de Miguel Manescal'. Onde o autor foi buscar essa Miguel Menezes que nos afirmara ser o impressor da *Música do Parnaso* num trecho e se contradiz com a reprodução da portada da obra? O fato é que essa afirmação é errada. O primeiro autor brasileiro que teve uma obra impressa foi Diogo Gomes Carneiro, natural do Rio de Janeiro, cuja *Oração Apodixica aos Scismaticos da Patria* foi publicada em Lisboa em 1641. Além dessa obra Gomes Carneiro publicou mais três traduções: a *Historia da Guerra dos Tartares*, do padre Martim Martines, em 1657, a *Historia do Capuchinho Escocez*, de J.B. Renuchino, no mesmo ano, e a *Instrução para Bem Crer e Bem Obrar*, de João Eusebio Nieremberg, em 1674.

Depois de Gomes Carneiro uns dez brasileiros imprimiram suas obras em Portugal e até na Itália. Durante o século XVII apareceram obras de Eusébio de Matos, Antônio de Sá, Lourenço Ribeiro, Antônio da Silva, Ruperto de Jesus, Martinho Mesquita e de seu irmão Salvador, José da Natividade, Domingo Ramos e de Antônio da Piedade. Portanto, a *Música do Parnaso*, de Botelho de Oliveira, não é o 'primeiro livro brasileiro' como afirma o professor que pode 'figurar ao lado dos grandes historiadores do livro', como quer o presidente do Conselho Federal de Cultura. Botelho de Oliveira, no prefácio de seu livro, diz que ele é o primeiro brasileiro que teve seus versos publicados. Não é bem verdade. Martinho Mesquita, nascido no Rio de Janeiro, publicou em Roma, em 1661, seu *Centumvirale*, e seu irmão Salvador, em 1665, também em Roma, seus poemas *Labores Quinquaginta Christi*. Essas obras são em versos latinos como, aliás, parte da *Música do Parnaso*. Como se vê, não é fácil estabelecer, sem premissas, qual foi o primeiro poeta brasileiro que teve seus versos publicados. Mas, uma coisa é certa, a obra de Botelho de Oliveira não é o 'primeiro livro brasileiro'.

Há outra afirmativa de arrepiar os cabelos nesse capítulo, cujo título é 'Brasil — primeiro livro: Exame de Bombeiros 1747-8'. Desde 1930 que Afonso d'E. Taunay e, principalmente, Félix Pacheco elucidaram a velha questão do primeiro livro impresso no Brasil e desfizeram a lenda que dizia que o *Exame de Artilheiros* e o *Exame de Bombeiros* tinham sido impressos no Brasil. Ficou provado que o primeiro impresso feito neste país, pelo tipógrafo Antônio Isidoro da Fonseca, é a *Relação da Entrada ... do Bispo do Rio de Janeiro*, em 1747.

O autor da *Síntese Histórica do Livro*, ignorando os fatos diz: 'Numa próxima viagem à Europa, iremos a Madri verificar se existiu, em 1748, o editor *Martinezabad*, assim grafado'. Esse seu 'assim grafado' demonstra sua pouca prática de manejar e ler livros antigos. O nome do impressor do *Exame de Bombeiros* está escrito ao pé da página de rosto em caracteres maiúsculos e, para imprimir numa só linha 'En la Oficina de Francisco Martinez Apad', o tipógrafo teve que apertar a composição e

não deixou espaço entre os nomes. É fato corriqueiro em tipografia antiga. Não precisa o professor gastar dinheiro para ir à Espanha verificar a existência sabida e provada do tipógrafo. Economize seu dinheiro e gaste seu tempo fazendo aqui mesmo o curso complementar. Leia as *Duas Charadas Bibliográficas*, de Félix Pacheco, e alguns artigos publicados em revistas atuais e não mais ensinará tolices aos seus alunos.

O autor afirma que o 'segundo livro brasileiro foi impresso no México em 1710, o *Luzeiro Evangélico*'. Foi Félix Pacheco quem chamou a atenção para esse livro em língua portuguesa impresso no México. Como disse acima, não é o segundo livro brasileiro. Mas, teria o misterioso frade João Batista Morelli de Castelnuovo, autor do *Luzeiro*, do qual tão pouco se sabe, nascido no Brasil? Não teria nascido na Itália?

O professor afirma categoricamente: 'o terceiro livro *brasileiro* [o grifo é do autor] impresso no Brasil [...] em 1728 é também de um baiano, Nunes [sic/] Marques Pereira, e tem o título de *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*'. Infelizmente os fatos não são tão simples assim. Em primeiro lugar o *Peregrino da América* não é o terceiro livro brasileiro. Em segundo lugar, a naturalidade baiana de Nuno (e não Nunes) Marques Pereira não está provada. Se o professor tivesse lido o estudo de Rodolfo Garcia, publicado na edição com o texto completo, feita pela Academia Brasileira de Letras, teria verificado que o erudito historiador acredita que Marques Pereira era português. Os argumentos são fortes e são capazes de abalar o bairrismo de um baiano de boa fé.

É divertido folhear esse livro e pescar tolices como: 'Certa quantidade dos papiros está na antiga língua egípcia (na última evolução — demótica)'. Demótica não é língua, é um tipo de escrita. 'Na antiga e rica cidade livre de Mogúncia (Mainz), república federativa.' Uma cidade república federativa! 'Cova dos Mil Budistas.' É Cova dos Mil Budas! 'A pasta de madeira foi descoberta pelos chineses.' Pensei, como toda gente, que a pasta de madeira para a fabricação de papel tivesse sido utilizada no século XIX. Escrever nomes próprios errados é uma das particularidades do autor: Otave Uzanna, Gottfried William Leibnis, etc.

Mas não quero terminar sem mencionar a pérola das pérolas das asneiras desse livro. Afirma que existem manuscritos das obras de Shakespeare! Duvidam? Pois lá vai o texto: 'Os manuscritos de William Shakespeare, todos editados, são considerados como tesouros, e se encontram devidamente custodiados no Museu Britânico, não só pela quantidade, como pela qualidade indescritível' (p. 118). O professor da Escola de Biblioteconomia da FEFIEG deveria pedir aos seus amigos da Academia Brasileira de Letras e do Conselho Federal de Cultura, que tanto elogiam sua sabedoria, que oficiassem ao British Museum e ao governo de Sua Majestade Britânica anunciando o achado maravilhoso. Deveria exigir de

seu padrinho Adonias Filho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, que noticiasse em todos os jornais do mundo a sensacional descoberta. A velha Inglaterra e toda a Europa curvar-se-iam perante a erudição de um brasileiro. Obteria o Prêmio Nobel da asneira.

Tem razão o senhor presidente do Conselho Federal de Cultura quando afirma: não sei da existência, em língua portuguesa, de livro desse tipo'. Eu diria mais: não há em língua nenhuma livro mais confuso, difuso e obtuso, com tantos erros e incongruidades.

O leitor destas linhas estranhará, talvez, esta crítica severa. Não quero reformar coisa alguma, mas confesso que a irresponsabilidade, as carreiras feitas à base do elogio mútuo, a 'camaradagem preguiçosa, o *laissez aller* subdesenvolvido deixam-me indignado. A história do livro é matéria obrigatória do currículo mínimo dos cursos de Biblioteconomia. Professores e alunos têm dificuldade em encontrar bons livros de texto, principalmente os que não lêem francês, inglês e outros idiomas com facilidade. É natural que alunos desprevenidos procurem ansiosamente histórias do livro em português.

É para prevenir alunos incautos que chamo a atenção para esta *Síntese Histórica do Livro*. É para evitar reprovação em exames e para prevenir o grande público que notei apenas algumas das tolices, erros e confusões desta obra que o antigo diretor da Biblioteca Nacional acha digna das comemorações do Ano Internacional do Livro.

N.B. Na capa da *Síntese Histórica do Livro* o autor anuncia uma *História das Lutas do Povo Brasileiro*, de sua autoria, em quatro volumes. Deus nos acuda!

MILLABES CABLO, Agustín. *Introducción a la historia dei libro j de las bibliotecas*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1971, 399 p. ilustr. (Sección de lengua y estúdios literários) \$95,90 pesos mexicanos.

A obra divide-se em duas partes: 'Historia dei Libro' e 'Historia de las Bibliotecas'. Na primeira o autor estuda separadamente as diferentes partes do livro, tais como forma, ornamentação, encadernação, etc. e trata dos materiais usados para sua confecção (papiro, tábuas de cera, pergaminho, papel). Depois de narrar a descoberta da imprensa, analisa sua difusão no mundo, país por país. Na segunda parte, a História das Bibliotecas, o autor adota o mesmo método cronológico, porém estuda as bibliotecas como um todo e descreve seu funcionamento nas diferentes épocas e países.

Profusamente anotada, a obra contém uma notável bibliografia e um excelente índice analítico. Escrita num estilo sóbrio, claro e incisivo, sem a literatice tão comum em obras desse gênero, o livro é um repertório valiosíssimo de dados e fatos. Sente-se que o autor evitou interpretações.

Limitou-se a citar fatos e acontecimentos: escreveu uma história fatural, *événementielle*. Daí decorre o valor do livro como obra de consulta, como fonte de dados apoiados em sólida e recente bibliografia.

É notável o número de fontes que o autor consultou. Noto, entretanto, algumas omissões, como a da obra clássica de James W. Thompson *The Medieval Libranj*. As ilustrações, embora bem escolhidas são poucas, infelizmente.

Livro escrito por um conhecido erudito espanhol, para um público de língua castelhana, é normal que a parte referente à Espanha seja bastante desenvolvida. A história do livro na Espanha, embora muito estudada em obras sobre assuntos afins e inúmeras monografias dispersas em periódicos de toda a sorte, carece de uma síntese. As páginas escritas por Millares Cario são esclarecedoras. A bibliografia que cita é vasta. Essa parte é uma das melhores de toda a obra. Para descrever a introdução da imprensa na América Espanhola o autor serve-se principalmente dos trabalhos clássicos de Torre Revello e do padre Guillermo Furlong.

Lamento que o autor trate muito resumidamente da imprensa em Portugal e nesse resumo não se refira à descoberta revolucionária, em 1965, de um incunábulo, o *Tratado da Confissão*, impresso em Chaves, em 1489. Esse achado do primeiro livro impresso em língua portuguesa modificou toda a cronologia dos incunábulos lusitanos e mostra que a introdução da imprensa em Portugal precisa ser reestudada.

É pena que o autor não trate, em nenhum lugar, da introdução da imprensa no Brasil. Nosso país está ausente desta História do Livro. Mas não se pode culpá-lo muito por essa omissão numa obra que ele próprio considera uma *Introducción*. O fato é que o Brasil nunca representou e não representa, infelizmente, um papel importante na história do livro. Foi o último país da América Latina a ter uma imprensa permanente e suas bibliotecas (bem o sabemos nós, os bibliotecários), sempre foram e continuam sendo bem precárias. Não é, portanto, muito criticável essa omissão do erudito historiador espanhol.

Não há dúvida que o livro de Millares Cario é uma excelente obra que prestará grandes serviços aos professores e estudantes de História do Livro e das Bibliotecas.

CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações — Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*. [Salvador] Departamento da Educação Superior e Cultura [1971?] 166 p. ilust.

São raros os bons estudos sobre história do livro no Brasil. Geralmente o que aparece nada traz de novo, não passa de compilação de dados sobre

os primeiros jornais publicados nos diferentes Estados. São catálogos de periódicos sem o menor comentário. Não têm sequer a utilidade de uma lista telefônica. Faltam-nos estudos sérios sobre as origens e desenvolvimento da imprensa nas diferentes regiões do Brasil. Quais foram os primeiros livros impressos em Pernambuco, no Pará, em São Paulo? O que se lia, o que se imprimia nas províncias na época da Independência? Graças aos *Anais da Imprensa Nacional*, de Vale Cabral, temos informações seguras sobre o que se produziu no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1822, mas nada de semelhante temos para as outras partes do país. Eu deveria dizer nada tínhamos, pois apareceu um notável estudo do Sr. Renato Berbert de Castro sobre *A Primeira Imprensa da Bahia* que vem preencher essa lacuna no que toca a esse Estado.

Essa obra notável divide-se em duas partes. Na primeira o autor estuda a vida de Manuel Antônio da Silva Serva, o fundador da primeira tipografia baiana, e narra a história de sua oficina, a segunda que houve no Brasil. O grande mérito desse estudo está no fato de o autor ter revisto toda a questão e não se ter contentado em repetir as informações esparsas nas obras de historiadores anteriores. Foi aos arquivos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Lisboa, assentou sua história em sólida documentação. Muitos pontos obscuros foram esclarecidos, muitos fatos novos foram narrados, muita afirmativa anterior foi rebatida com prova documental. Não resta dúvida que esse notável trabalho é básico para o estudo da história do livro no Brasil.

Na segunda parte o autor faz o recenseamento de toda a produção da tipografia de Silva Serva, desde sua fundação em 1811 até 1819, data do falecimento do introdutor da imprensa na Bahia. Não deve ter sido essa parte a mais fácil de fazer, pois é sabido que nenhuma biblioteca é rica em impressos baianos dessa época. A Biblioteca Nacional é paupérrima, a Nacional de Lisboa possui algumas obras, a da Faculdade de Medicina de Salvador nada tem, ou tinha, quando a consultei anos atrás. Quanto à Biblioteca Pública do Estado da Bahia sua pobreza era justificada pelo incêndio de 1912. Mas não creio que essa instituição jamais tivesse tido muitas primeiras impressões baianas. Lendo, com essa finalidade, seu primeiro catálogo impresso em 1819, fiquei intrigado com o fato de a biblioteca possuir nessa época apenas uma ou duas obras feitas por Silva Serva. Não tive ainda a ocasião de consultar o catálogo de 1858 para verificar se essa estranha lacuna tinha sido preenchida. Mas, esse fato só teria a vantagem de responder a minha curiosidade, pois, como se sabe, o acervo antigo da biblioteca não existe mais. Diante dessa pobreza de nossas bibliotecas o Sr. Berbert de Castro recorreu às coleções particulares e foi aí que encontrou a maior parte das obras procuradas. Entretanto, alguns impressos cuja existência ele sabia pela leitura da *Idade d'Ouro* e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, não conseguiu vê-los.

A descrição das espécies nessa preciosa segunda parte é minuciosa como convém e indica onde se encontra o exemplar consultado. Os comentários que faz a cada obra são esclarecedores, alguns extremamente valiosos. As reproduções das páginas de rosto de muitos volumes são extremamente úteis para se ter uma idéia da habilidade do tipógrafo Silva Serva e poder comparar sua produção com a da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

A tipografia de Silva Serva continuou a operar depois da morte de seu fundador em 1819. O Sr. Berbert de Castro promete-nos um novo volume sobre o resto da história dessa famosa oficina. Aguardo com ansiedade, como todos os que se interessam pela história do livro, esse novo volume. Permito-me, porém, fazer-lhe um pedido: não deixe mais que uma obra dessa importância e que interessa a um grande público seja publicada por uma repartição e não seja posta à venda nas livrarias do país. Torna-se publicação clandestina como quase tudo que imprime os governos estaduais e municipais e muitas universidades. Conseguir esses impressos é mais difícil do que comprar um incunábulo raro ou um folheto de Silva Serva.

Para terminar não quero deixar de notar que esse magnífico livro quanto ao conteúdo é lamentavelmente impresso e apresentado. Não honra a Imprensa Oficial do Estado da Bahia, prova de que ali não se tem a menor noção de como se deve imprimir um livro, nem sequer uma página de rosto.

